

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT07.026

EDUCAÇÃO SEXUAL INCLUSIVA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA O RECONHECIMENTO DA SEXUALIDADE DAS PCDS

Acíria Nazaré Leite Sá¹

Saymon D' Lucas Soares Rodrigues²

Rosângela dos Santos Rodrigues³

RESUMO

Este estudo investiga o silenciamento da sexualidade de pessoas com deficiência (PcDs), tema historicamente marginalizado e pouco explorado, que possui impactos diretos na inclusão social, na construção da identidade e na garantia dos direitos humanos desse grupo. A relevância desta pesquisa se sustenta na urgência de desconstruir estigmas e preconceitos que associam as PcDs à assexualidade, bem como na necessidade de reconhecer a diversidade afetiva e sexual que caracteriza suas experiências individuais e coletivas. O objetivo principal da investigação é identificar e analisar os discursos culturais, sociais e institucionais que perpetuam a invisibilidade da sexualidade das PcDs, mapeando a produção acadêmica sobre o tema e refletindo sobre as implicações desse silenciamento para a autonomia, autoestima e vivência afetiva dessas pessoas. Para tanto, adotou-se uma abordagem documental, fundamentada na revisão sistemática de dissertações, teses e artigos cien-

- 1 Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, aciria.sa@gmail.com;
- 2 Especialista em Educação Especial Inclusiva pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, saymonsouer@gmail.com;
- 3 Doutoranda em Ensino pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, rosangellarodrigues@hotmail.com.

tíficos publicados entre 2017 e 2024, bem como em documentos oficiais e legislações que abordam direitos e inclusão de PcDs. Essa abordagem permitiu uma análise crítica, integrando perspectivas sociais e individuais, e garantindo maior abrangência no entendimento das problemáticas relacionadas à sexualidade dessas pessoas. O processo metodológico envolveu a seleção criteriosa de estudos relevantes, análise temática dos dados e identificação de lacunas presentes na literatura, especialmente no que se refere à negligência de debates sobre sexualidade em ambientes familiares, escolares e comunitários. Os resultados indicam que o silenciamento e a marginalização da sexualidade de PcDs têm efeitos profundos, como restrição de acesso à informação, dificuldades na construção da identidade sexual, vulnerabilidade emocional e exclusão social. Diante desses achados, evidencia-se a necessidade de políticas públicas inclusivas, práticas educativas que promovam o diálogo aberto e a valorização da diversidade, além de formação docente específica, de modo a garantir o reconhecimento da sexualidade das PcDs.

Palavras-chave: Sexualidade, Pessoas com deficiência, Invisibilidade, Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre sexualidade, gênero, deficiência e educação apresenta-se como um desafio complexo, sobretudo no contexto escolar. Tais temas, quando abordados, geralmente são reduzidos a aspectos higiênicos, biológicos, comportamentais, hormonais e corporais, o que limita uma compreensão mais ampla e humanizada da sexualidade. Esse cenário revela a necessidade de ampliar o debate e reconhecer a sexualidade como dimensão essencial da experiência humana, inclusive para as pessoas com deficiência (PcDs).

Apesar de ainda ser um tema pouco explorado, observa-se, nos últimos anos, um aumento gradual do interesse pela sexualidade das PcDs. Entretanto, o debate permanece restrito a espaços especializados ou ao ambiente familiar, o que reforça sua invisibilidade social. As transformações culturais e os avanços em torno das pautas de diversidade têm contribuído para um contexto mais receptivo, permitindo que as PcDs expressem seus desejos e emoções, rompendo o silêncio e o estigma historicamente impostos.

Nessa perspectiva, Foucault (2001) destaca a construção de um binarismo entre os “normais” e os “anormais”, no qual os primeiros representam os corpos e comportamentos aceitos socialmente, enquanto os segundos são marginalizados por não se enquadrarem nas normas vigentes. Foucault (1988) também compreende a sexualidade como um dispositivo histórico e discursivo, constituído por estratégias de poder e saber, que visam regular os prazeres e controlar os corpos. Assim, a sexualidade não é apenas uma questão individual, mas um campo de disputas simbólicas e políticas.

Com base nessas reflexões, torna-se imprescindível reconhecer as particularidades das PcDs e compreender que os conceitos de normalidade e anormalidade são socialmente construídos e frequentemente excludentes.

As necessidades dessas pessoas ultrapassam as limitações físicas, intelectuais ou socioeconômicas, envolvendo dimensões subjetivas e afetivas que também merecem atenção (De Souza; Denari; Costa, 2017). Nesse sentido, discutir a sexualidade das PcDs exige desprender-se de padrões heteronormativos e de estigmas historicamente associados a elas, favorecendo uma escuta sensível e um olhar mais inclusivo sobre suas vivências.

Como alerta Foucault, a sociedade tende a classificar e enquadrar as pessoas conforme normas morais dominantes, o que perpetua mecanismos de exclusão. Assim, o desejo e o afeto das PcDs ainda são vistos como algo distante ou até mesmo impossível (Maranhão, 2021).

A ideia de que uma pessoa com deficiência possa viver plenamente sua sexualidade desafia a lógica social sustentada pela normalização dos corpos e pela hegemonia heteronormativa e patriarcal. Nessa estrutura, o homem branco, heterossexual e “saudável” é o modelo de referência, e qualquer corpo que fuja a esse padrão é rotulado como “anormal” ou “inadequado” (Maranhão, 2021).

No campo educacional, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (Brasil, 1997) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017) reconhecem a importância da educação sexual como componente fundamental da formação cidadã. No entanto, essa abordagem ainda é tratada, majoritariamente, sob o viés biológico, sendo frequentemente restrita às disciplinas de Ciências e Biologia. Além disso, há uma notável ausência de discussões sobre sexualidade e deficiência na formação inicial de professores, especialmente nos cursos de licenciatura (Lima, 2021), o que dificulta a inserção de práticas pedagógicas inclusivas e críticas.

Os estereótipos de gênero, as concepções negativas sobre a deficiência e as práticas discriminatórias exercem influência direta e profunda sobre a vivência da sexualidade das pessoas com deficiência (PcDs). De acordo com Passos, Telles e Oliveira (2019), essas representações sociais limitam não apenas as possibilidades de envolvimento afetivo e sexual, mas também o acesso a informações qualificadas e a serviços de saúde especializados que assegurem o cuidado integral dessa população.

Quando se observa a relação entre gênero e deficiência, torna-se evidente que essas dimensões se entrecruzam, produzindo desigualdades múltiplas e complexas que afetam de forma diferenciada cada sujeito (Crenshaw, 2002).

Muitas vezes, experiências afetivas e corporais são invisibilizadas, sendo tratadas com infantilização ou com desconfiança moral. Essa dupla opressão revela a necessidade de compreender a deficiência sob uma perspectiva interseccional, reconhecendo que gênero, corpo e sexualidade se articulam na produção das desigualdades sociais.

Diante dessa realidade, torna-se imprescindível desenvolver políticas públicas consistentes e ações educativas que promovam o reconhecimento da sexualidade das PcDs como parte essencial da vida humana. É necessário que o poder público e as instituições sociais garantam o direito ao prazer, ao afeto e à autonomia corporal, superando visões moralistas que historicamente excluíram essas pessoas dos debates sobre sexualidade.

Para Foucault (1988), a sexualidade deve ser vista como um dispositivo histórico, um saber e um discurso que se manifesta quando há um esforço para regular e controlar os prazeres, impondo limites sobre os corpos e suas práticas sexuais por meio de estratégias de poder e conhecimento.

Assim, a criação de espaços de diálogo, formação e conscientização é um passo decisivo para transformar as práticas sociais e pedagógicas. A escola, as famílias e os serviços de saúde precisam atuar de forma integrada, promovendo o respeito às diferenças e oferecendo informações seguras e acessíveis sobre sexualidade e direitos reprodutivos.

Romper com os paradigmas excludentes e com os preconceitos que cercam a deficiência e o gênero é fundamental para assegurar às PcDs o exercício pleno de sua cidadania. A desconstrução dos mitos que associam a deficiência à assexualidade, aliada a políticas inclusivas e ações afirmativas, representa não apenas um avanço social, mas um compromisso ético com a equidade e a dignidade humana em todas as suas expressões.

Diante desse cenário, a presente pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem documental, fundamentada na análise de materiais e registros já existentes, sem a necessidade de coleta direta de dados empíricos. O estudo buscou compreender como a sexualidade das pessoas com deficiência tem sido tratada nos discursos educacionais e sociais, considerando um público diverso, composto por PcDs de diferentes gêneros e faixas etárias entre 18 e 50 anos ou mais, de modo a garantir uma análise ampla, representativa e comprometida com a inclusão e o respeito à diversidade.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de investigar o entrelaçamento entre deficiência, sexualidade e gênero, buscando compreender de que forma esses temas se articulam no contexto educacional e social contemporâneo. Para tanto, optou-se por uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, adequada à análise de fenômenos complexos e subjetivos que envolvem dimensões simbólicas, culturais e discursivas (Minayo, 2016).

A investigação foi estruturada em duas etapas principais: a revisão bibliográfica e a análise crítica de dados primários e secundários. Inicialmente, realizou-se uma revisão bibliográfica sistematizada, com o intuito de reunir e examinar estudos científicos que abordam a sexualidade de pessoas com deficiência (PcDs) sob diferentes perspectivas educacional, social, psicológica e de gênero. O recorte temporal compreendeu o período de 2017 a 2025, permitindo contemplar produções recentes e alinhadas às discussões contemporâneas sobre inclusão, diversidade e direitos humanos.

As fontes de pesquisa foram extraídas de bases de dados amplamente reconhecidas no meio acadêmico, como Scientific Electronic Library Online (SciELO), Periódicos CAPES, Google Acadêmico e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A seleção do material

obedeceu a critérios de pertinência temática, relevância científica, atualidade e contribuição teórica. Foram priorizadas produções que discutem os discursos sociais e culturais que moldam a percepção da sexualidade das PcDs, bem como as barreiras existentes à sua vivência afetivo-sexual em contextos escolares e familiares.

O processo de análise das produções seguiu uma abordagem temática, conforme orienta Bardin (2011), buscando identificar categorias de sentido emergentes nos textos. Essa etapa envolveu a leitura minuciosa, o fichamento analítico e a comparação entre os estudos, com o propósito de reconhecer recorrências discursivas, lacunas teóricas e tensões conceituais. As principais categorias identificadas incluíram: (1) a invisibilidade da sexualidade das PcDs, (2) o papel da escola na formação da consciência sexual, (3) as influências religiosas e morais na repressão da sexualidade e (4) os desafios de gênero e interseccionalidade no reconhecimento dos direitos sexuais das PcDs.

Além da revisão bibliográfica, a pesquisa incorporou a análise de documentos normativos e orientadores da educação brasileira, tais como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Essa etapa teve como objetivo verificar de que forma a sexualidade e a deficiência são abordadas (ou silenciadas) nas políticas públicas e diretrizes educacionais, evidenciando as contradições entre o discurso inclusivo e a prática pedagógica.

O tratamento dos dados foi conduzido de forma reflexiva e interpretativa, buscando compreender os significados e sentidos atribuídos à sexualidade das PcDs nos diferentes contextos analisados. A análise articulou aportes teóricos de autores como Foucault (2015), que discute os mecanismos de controle e repressão dos corpos e dos desejos, Crenshaw (2002), com sua perspectiva da interseccionalidade, e Avelino *et al.* (2022), que defendem a urgência de integrar a sexualidade à educação inclusiva.

Com base nesse percurso metodológico, foi possível elaborar uma síntese crítica que evidencia a persistência do silenciamento sobre a

sexualidade das PcDs, tanto no ambiente escolar quanto no familiar, bem como a insuficiência de políticas educacionais e de formação docente voltadas a essa temática. A metodologia, portanto, não apenas orientou a construção analítica do estudo, mas também se configurou como um instrumento de questionamento e transformação social, ao propor novas formas de compreender e valorizar a diversidade sexual e corporal na educação.

As etapas adotadas contribuíram para o alcance dos objetivos propostos, oferecendo subsídios teóricos e práticos que podem orientar futuras investigações e políticas públicas voltadas à promoção de uma educação sexual crítica, inclusiva e emancipadora para todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sensoriais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, apresentam-se os resultados obtidos a partir da análise das fontes acadêmicas selecionadas em bases de dados reconhecidas, SciELO, Periódicos CAPES, Google Acadêmico e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), bem como de documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e legislações constitucionais referentes à inclusão das pessoas com deficiência (PcDs).

A seleção do material foi orientada por descritores específicos e critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos. Inicialmente, foram identificados dez artigos, dos quais cinco atenderam plenamente aos objetivos da pesquisa e foram mantidos para análise. As produções contemplam o período de 2017 a 2024, oferecendo um panorama atualizado sobre o tema.

Os trabalhos excluídos não abordavam de forma direta a invisibilidade e os estigmas relacionados à sexualidade das PcDs. Entre os cinco estudos analisados, dois enfatizam a influência da família na formação das percepções sobre a sexualidade das pessoas com deficiência, enquanto

apenas um estabelece uma relação direta entre essa temática e o contexto escolar, discutindo os fatores excludentes presentes nesse espaço.

A análise das produções revelou que os discursos socioculturais predominantes tendem a reforçar a invisibilidade da sexualidade das PcDs. Conforme destaca Maranhão (2021), a vivência afetiva e sexual dessas pessoas é, muitas vezes, considerada inaceitável, sendo a deficiência associada equivocadamente à assexualidade. Essa visão reducionista e estigmatizante sustenta um ciclo de negação e silenciamento, que se reflete tanto nas relações familiares quanto nas práticas educacionais.

Embora legislações como a Lei nº 7.853/89 e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) assegurem o direito à inclusão social e à dignidade, observa-se que tais dispositivos tratam a sexualidade de forma marginal, sem explicitá-la como dimensão essencial da existência humana. A ausência de diretrizes claras sobre o tema resulta na exclusão simbólica e prática da sexualidade das PcDs das políticas públicas e dos espaços educacionais.

A análise dos documentos curriculares, PCNs e BNCC, reforça essa lacuna. Apesar de reconhecerem a importância da sexualidade na formação integral dos estudantes, essas diretrizes apresentam abordagens genéricas, que não contemplam as especificidades das PcDs. Conforme Monteiro e Ribeiro (2020), a distância entre o que é proposto e o que é efetivamente praticado na escola revela um campo ainda marcado por silenciamentos, tabus e ausência de formação docente adequada.

Os dados também demonstram que a negação da sexualidade às PcDs não se limita ao discurso, mas repercute diretamente na sua vida social e emocional. A marginalização e o preconceito dificultam a construção da autoestima, da autonomia e do reconhecimento de si como sujeito de direitos sexuais e reprodutivos. Tais limitações reforçam a exclusão e a vulnerabilidade desse grupo, comprometendo sua saúde mental e suas relações afetivas.

Estudos como os de Maia et al. (2015) e Zuin (2020) evidenciam que manifestações de comportamento sexual por parte de alunos com

deficiência como toques, masturbação ou exibição corporal são frequentemente interpretadas como inadequadas e reprimidas sem diálogo pedagógico. Essas situações, quando tratadas apenas com repressão, reforçam o estigma de que a PcD não pode vivenciar sua sexualidade, revelando a carência de formação docente e de abordagens educativas embasadas em princípios de respeito e compreensão.

Os resultados também mostram que o tema da Educação Sexual é, em geral, trabalhado pelos professores apenas quando surgem questionamentos dos estudantes, o que revela uma prática pontual e não sistematizada (Pena; Mól; Caixeta, 2018; Maia et al., 2020). Além disso, muitos docentes relatam a necessidade de autorização familiar para tratar do assunto, o que evidencia o medo de retaliações e a falta de respaldo institucional.

A literatura analisada (Chagas; Fernandes, 2018; Vieira; Coelho, 2014) aponta que tanto professores quanto alunos demonstram grande dificuldade em definir conceitos básicos relacionados à sexualidade. Termos como “sexo”, “sexualidade” e “relação sexual” são frequentemente confundidos, restringindo o debate à dimensão biológica e negligenciando aspectos afetivos, sociais e culturais. Essa limitação conceitual reforça a urgência de programas de formação docente que tratem a sexualidade sob uma perspectiva emancipadora e inclusiva.

Conforme Carvalho e Silva (2018), a natureza e o grau da deficiência influenciam a forma como cada indivíduo vivencia sua sexualidade, mas é imprescindível compreender que não existe um modelo único de expressão sexual. Cada pessoa com deficiência tem o direito de viver sua sexualidade de maneira autônoma e digna, e o papel do Estado, da escola e da sociedade é garantir que esse direito seja respeitado.

Dessa forma, torna-se evidente que políticas públicas, campanhas de conscientização e processos formativos são fundamentais para combater os estigmas que envolvem a sexualidade das PcDs. A escola, como espaço privilegiado de socialização e formação cidadã, deve assumir o compromisso de promover debates, desenvolver projetos e construir práticas

pedagógicas que abordem o tema com sensibilidade e responsabilidade ética.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos artigos selecionados evidencia que o diálogo sobre sexualidade, especialmente no que diz respeito às pessoas com deficiência, é um tema ainda pouco explorado e, em muitos casos, silenciado tanto nas famílias quanto nas instituições escolares. As pesquisas analisadas apontam que a sexualidade das pessoas com deficiência permanece envolta em tabus, preconceitos e contradições, sustentadas por discursos religiosos e moralizantes que reforçam visões tradicionais e heteronormativas.

Esse cenário é destacado por Dos Santos Reis e Dos Santos (2023), que ressaltam como as crenças religiosas, ao ancorarem-se em valores conservadores, acabam por dificultar a construção de uma compreensão mais ampla e humanizada da sexualidade. Em vez de favorecer o diálogo, essas visões produzem um ambiente de repressão e silêncio, no qual o tema é tratado como algo inadequado ou impróprio, especialmente quando se refere às pessoas com deficiência.

Conforme argumenta Foucault (2015), ainda vivemos em uma sociedade que tende a se autocensurar quando o assunto é o sexo, reproduzindo uma moral histórica que transforma a sexualidade em um campo de culpa, repressão e vigilância. Para o autor, os dispositivos de poder e saber que cercam a sexualidade atuam como mecanismos de controle social, restringindo o que pode ou não ser dito, sentido ou vivido.

Essa moralização, reforçada por instituições religiosas e culturais, contribui para o apagamento de identidades e experiências que não se encaixam nos padrões normativos. Nietzsche (1983), ao refletir sobre o desejo e a moral, também aponta que a negação do instinto humano e a tentativa de revesti-lo de pecado resultam em ressentimentos, frustrações e distorções da própria condição humana. Assim, ao negar a sexualidade

das pessoas com deficiência, a sociedade não apenas limita o reconhecimento de sua humanidade, mas também perpetua a exclusão e a marginalização desses sujeitos.

Segundo Tassa *et al.* (2023) reforçam que a deficiência ainda é socialmente associada à incapacidade, como se a limitação física, intelectual ou sensorial anulasse a possibilidade de vivências afetivas e sexuais. Essa visão capacitista faz com que pessoas com deficiência sejam frequentemente desconsideradas como sujeitos de desejo, amor e prazer.

Os Tassa *et al.* (2023), questionam até que ponto essa concepção de incapacidade interfere na autonomia e na autodeterminação desses indivíduos, uma vez que os priva de exercer plenamente seus direitos sexuais e reprodutivos.

A ausência de diálogo sobre essas temáticas, tanto nos contextos familiares quanto nos escolares, reforça o ciclo de silenciamento e exclusão. Esse silenciamento é particularmente preocupante nas escolas, espaços que deveriam ser promotores de inclusão, reflexão e conhecimento crítico.

Os artigos científicos analisados convergem em apontar que a omissão quanto à sexualidade das pessoas com deficiência têm efeitos diretos e negativos sobre sua saúde emocional e psicológica. Pesquisas como as de Souza *et al.* (2012) e Sanjeevi *et al.* (2018) evidenciam que o bloqueio comunicativo e o tabu em torno do tema podem gerar sentimentos de inadequação, baixa autoestima, ansiedade e depressão.

Em alguns casos, a repressão das experiências afetivas e sexuais pode levar a comportamentos autodestrutivos e até ao suicídio, revelando a urgência de políticas públicas e práticas pedagógicas que contemplem a sexualidade como parte integral da vida humana.

Avelino *et al.* (2022) destacam o papel essencial da escola nesse processo de transformação social e cultural. Para os autores, o ambiente escolar deve ser um espaço de formação crítica e emancipadora, onde o respeito à diversidade seja promovido e o diálogo sobre temas sensíveis seja incentivado.

A educação sexual, quando tratada de forma crítica, ética e inclusiva, possibilita a desconstrução de preconceitos e estigmas, além de contribuir para a formação de uma consciência cidadã que valorize a dignidade humana. Nesse sentido, discutir a sexualidade das pessoas com deficiência na escola é um ato político e pedagógico que rompe com séculos de invisibilização.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) reforça que toda pessoa com impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial tem direito à participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais.

No entanto, os dados analisados e as produções científicas revelam que a efetivação desse direito ainda encontra barreiras culturais, simbólicas e institucionais. A ausência de debates sobre a sexualidade das PcDs nos espaços escolares demonstra uma fragilidade nas políticas de inclusão e nos currículos educacionais, que raramente contemplam o tema de maneira sistemática e contextualizada.

A análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) evidencia uma lacuna considerável quanto à inclusão da educação sexual voltada para pessoas com deficiência (PcDs) no ambiente escolar. Embora essas diretrizes reconheçam a relevância da sexualidade para a formação integral dos estudantes, a abordagem prática ainda se mostra limitada.

Nas PcDs, há um distanciamento entre o que é proposto nos documentos curriculares e o que efetivamente se desenvolve nas escolas, refletindo uma insuficiência na integração das temáticas de sexualidade e gênero (Monteiro; Ribeiro 2020).

Essa ausência de atenção não se restringe à falta de diálogo formal sobre sexualidade. Suas repercussões se estendem diretamente à vida social e emocional das PcDs, influenciando sua autoestima, autonomia e capacidade de estabelecer relações afetivas.

A marginalização e a exclusão vivenciadas por esse grupo impactam não apenas a construção da identidade, mas também o bem-estar psico-

lógico e social, gerando barreiras que dificultam o pleno exercício de seus direitos e o acesso a experiências de vida significativas.

Maranhão (2021) observa que, mesmo quando há estudos voltados à deficiência, grande parte das pesquisas ainda se concentra na limitação física ou cognitiva, negligenciando o aspecto afetivo e sexual da experiência humana.

Segundo o Maranhão (2021), ao refletir sobre o desejo e a sexualidade das pessoas com deficiência é uma tarefa urgente, pois rompe com a ideia de uma “sexualidade ideal” e permite repensar as estruturas de poder e opressão que moldam as relações sociais. Ao reconhecer as pessoas com deficiência como sujeitos de desejo, afeto e prazer, abre-se caminho para uma inclusão que não se restringe à acessibilidade física, mas que abrange todas as dimensões da vida humana.

Assim, os estudos analisados reforçam a necessidade de inserir a educação sexual crítica e inclusiva nos currículos escolares, articulada à formação docente e às políticas públicas de educação. É fundamental que o ambiente escolar se configure como espaço de escuta e acolhimento, onde as diferentes expressões da sexualidade humana, incluindo as das pessoas com deficiência, possam ser reconhecidas, respeitadas e compreendidas em toda a sua complexidade.

A falta de diálogo sobre essas questões não apenas perpetua o estigma e o preconceito, mas também impede o exercício pleno da cidadania e da autonomia desses sujeitos. Promover o debate sobre sexualidade e deficiência é, portanto, um compromisso ético, político e educativo com a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

Ao restringir o debate sobre sexualidade, as instituições educacionais e familiares acabam reforçando a exclusão das PcDs do campo do afeto e do prazer. Tassa *et al.* (2023) lembram que a associação da deficiência à incapacidade cria a falsa percepção de que essas pessoas não são capazes de viver experiências amorosas ou sexuais de maneira autônoma.

Essa crença impede que a sociedade reconheça a pluralidade das PcDs e legitime suas experiências afetivas como parte legítima da existên-

cia. A ausência de diálogo sobre o tema dentro dos lares e das escolas não apenas limita a formação integral desses sujeitos, mas também perpetua a ideia de que o corpo com deficiência é um corpo incompleto, incapaz de sentir e de ser desejado.

Nesse contexto, o papel da escola torna-se ainda mais crucial. Ave-lino *et al.* (2022) defendem que o ambiente escolar deve ser um espaço de transformação social, capaz de promover uma consciência crítica que questione os padrões excludentes e normalize as diferentes expressões da sexualidade humana.

A inserção de uma educação sexual crítica e inclusiva nos currículos é uma estratégia essencial para o enfrentamento das violências simbólicas e estruturais que afetam as PcDs. Ao promover o debate e a reflexão, a escola pode contribuir para a construção de um ambiente de respeito, empatia e reconhecimento mútuo, onde todos os corpos e identidades sejam valorizados (De Jesus; De Araújo, 2024).

A influência de valores religiosos e morais também se destaca como um dos principais fatores de silenciamento. Conforme apontam Dos Santos Reis e Dos Santos (2023), o discurso religioso, ao se apoiar em noções de pureza, pecado e normalidade, constrói barreiras que dificultam o reconhecimento da sexualidade como algo natural.

É necessário fortalecer a articulação entre escola, família e comunidade, formando uma rede de apoio que promova o diálogo e a conscientização. Essa cooperação é fundamental para romper com o ciclo de silenciamento e construir práticas educativas que reconheçam a sexualidade das PcDs como parte essencial de sua subjetividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a sexualidade de pessoas com deficiência (PcDs) revela uma realidade ainda marcada por silenciamentos e invisibilidades, evidenciando a urgência de romper com os paradigmas sociais que deslegitimam a vivência afetiva e sexual desse grupo.

A análise dos estudos e dados coletados demonstra que o tema permanece restrito a abordagens pontuais e fragmentadas, raramente tratado como um direito humano essencial. Essa ausência de reconhecimento aprofunda desigualdades históricas e reforça estigmas que limitam as possibilidades de autonomia, prazer e autoexpressão das PcDs, reproduzindo uma lógica de exclusão social e simbólica.

A invisibilidade da sexualidade das pessoas com deficiência é sustentada por um conjunto de discursos moralizantes e capacitistas que as reduzem à condição de sujeitos assexuados, dependentes ou desprovidos de desejo. Essa percepção social, ancorada em valores heteronormativos e religiosos, contribui para a negação de suas experiências afetivas e corporais, dificultando o reconhecimento da sexualidade como dimensão constitutiva da vida humana. Tais visões reforçam a ideia de que a deficiência representa uma limitação absoluta, apagando a diversidade de desejos, identidades e possibilidades de afeto que compõem a experiência dessas pessoas.

No campo educacional, a pesquisa evidencia um cenário preocupante: a escola, enquanto espaço de formação e socialização, ainda não tem se mostrado preparada para abordar a sexualidade de maneira ampla, inclusiva e crítica. Os currículos raramente contemplam o tema e, quando o fazem, abordam-no de forma superficial, ignorando as especificidades das PcDs.

A ausência de formação docente adequada agrava essa lacuna, dificultando o enfrentamento de preconceitos e a promoção de debates que estimulem o respeito e a valorização da diversidade sexual e corporal. Dessa forma, a escola, que deveria ser um espaço de emancipação, acaba reproduzindo as mesmas práticas excludentes que predominam na sociedade.

As políticas públicas destinadas à inclusão das PcDs ainda se mostram insuficientes quando o tema é a sexualidade. Embora o Estatuto da Pessoa com Deficiência garanta o direito à participação plena e efetiva na sociedade, o texto legal não se traduz, na prática, em ações concretas voltadas à educação sexual inclusiva.

A falta de diretrizes específicas, programas de formação e materiais pedagógicos adaptados contribui para a manutenção do tabu e para a ausência de discussões significativas nas escolas. Assim, a sexualidade das PcDs segue sendo tratada como um aspecto secundário, e não como parte indissociável da condição humana.

Esse discurso contribui para a manutenção da hipocrisia social denunciada por Foucault (2015), na qual o sexo é simultaneamente reprimido e vigiado. Essa repressão, longe de promover o respeito, reforça o medo, a culpa e a negação do desejo, gerando efeitos psicológicos profundos, como baixa autoestima, ansiedade e depressão.

As famílias, especialmente, precisam ser orientadas e acolhidas nesse processo, uma vez que muitas vezes reproduzem, por desconhecimento, os mesmos preconceitos e tabus presentes na sociedade. Somente através do diálogo e da educação é possível desmistificar o tema e oferecer às PcDs condições de viverem sua sexualidade de forma plena, segura e autônoma.

Discutir a sexualidade das pessoas com deficiência não é apenas uma questão de inclusão, mas de justiça social e de reconhecimento da dignidade humana. A transformação desse cenário exige o compromisso coletivo de educadores, gestores, famílias e formuladores de políticas públicas, no sentido de promover uma educação sexual que respeite as diferenças e celebre a diversidade. Somente por meio de uma abordagem crítica, ética e humanizadora será possível consolidar uma educação verdadeiramente inclusiva, uma educação que não apenas ensine, mas que também emancipe, liberte e reconheça todos os sujeitos em sua integralidade.

REFERÊNCIAS

AVELINO, W. F.; CORREA, A. C.; DEPS MIGUEL, K. C. "A escola como espaço de aprendizagem: implicações para as políticas educacionais". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 9, n.25, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>. Acesso em: 03 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em: 03 de nov. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002.

CHAGAS, Patrícia Monteiro Lima, FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. Sexualidade e a Pessoa Com Deficiência Intelectual: Proposição do Tema Nas Escolas. Perspectivas em Diálogos. **Revista de Educação e Sociedade**, Naviraí, v. 5, n. 9, p. 199-216, jan.-jun. ISSN: 2358-1840. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em: 03 nov. 2025.

DE JESUS, Ariana Souza; DE ARAÚJO, Amanda Dias. Educação sexual na perspectiva da educação especial e inclusiva: uma revisão bibliográfica. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 11, n. 29, p. 197-210, 2024.

DE SOUZA, Calixto Júnior; DENARI, Fátima Elisabeth; MARÍA DA PIEDADE, R. Costa. O discurso das pessoas com deficiência física sobre a própria sexualidade. **Revista ibero-americana de estudos em educação**, v. 12, n. 4, p. 2177-2192, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. São Paulo: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. Aula de 5 de março de 1975. **Os Anormais: curso no Colégio de France (1974-1975)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2015.

LIMA, Renata Epaminondas de. **A Educação Sexual na formação docente em Ciências Biológicas**. João Pessoa, 2021. 72 p. Monografia (Graduação em Ciências Biológicas) - UFPB/CCEN.2021.

JIMÉNEZ BOLAÑOS, J. D. "Las guías didácticas de educación sexual, la impugnación religiosa y la regulación de la normalidad sexual en Costa Rica, 1985-1998". **Historia y Memoria de la Educación**, n. 15, 2022.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; VILAÇA, Tereza. **Sexualidade e Deficiência: apontamentos sobre a educação sexual na escola inclusiva**. (155-312). In: RIZZA, J.C.; MAGALHÃES, J.C.; RIBEIRO, P.R.C.; COSTA, A.L.C. (Orgs). *Tecituras- sobre corpos, gêneros e sexualidades no espaço escolar*. Rio Grande: Editora da FURG, 2019.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. et al. Educação Sexual Para Alunos/As Com Deficiência em Portugal: Indícios De Uma Formação Docente Precária. **REVES-Revista Relações Sociais**, Vol. 03 N. 01. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/revs/article/view/9625>. Acesso em: 03 nov. 2025.

MARANHÃO, Gabriel Carlos da Silva Carneiro. Sexualidade das pessoas com deficiência e Direitos Humanos: preconceito, discriminação e barreiras a vivências do desejo. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 15, p. e03101522872-e03101522872, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

NIETZSCHE, F. **A genealogia da moral**. Lisboa: Editora Guimaraes e CA, 1983.
PENA, Andréa Lelis; MÓL, Gerson; CAIXETA, Juliana

Eugênia. **Percepções de Professores de Ciências quanto a Educação para a Sexualidade na Escola Inclusiva**. Investigação Qualitativa em Educação //Investigación Cualitativa en Educación//Volume 1. >>Atas CIAIQ. 2018.

SANJEEVI, J. et al. "A Review of Child Sexual Abuse: Impact, Risk, and Resilience in the Context of Culture". **Journal of Child Sex Abuse**, vol. 6, 2018.

SOUZA, F. B.C. et al. "Aspectos psicológicos de mulheres que sofrem violência sexual". **Reprodução e Climatério**, vol. 27, n. 3, 2012.

TASSA, K. O. M. E.; RODASKI, J. I.; CRUZ, G. C. “Educação Inclusiva e o Curso de Formação de Docentes: Desafios e Relatos de Experiência”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 14, n. 41, 2023.

VIEIRA, Camila Mugnai; COELHO, Marili André. Sexualidade e deficiência intelectual: concepções, vivências e o papel da educação. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, p. 201-212, 17 dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.20952/revtee.v0i0.3268>.

ZUIN, Luiz Fernando. **Sexualidade e educação sexual de pessoas com deficiência intelectual**: entendimentos de professores de uma instituição de educação especial. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista. Araraquara-S. 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/59d-776da-29ac-428c-96b1-66d3d-ee614d/content>. Acesso em: 03 nov. 2025.